

ENTREVISTA Adélia Pinheiro, secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia

É UM MOMENTO DE AMEAÇA NO BRASIL

A senhora assumiu a secretaria há pouco tempo. O que encontrou ao chegar? Uma secretaria estruturada, apenas com necessidade de aproximar as lideranças de equipe e as instituições que produzem ciência, tecnologia e inovação. O que trabalhamos como princípio importante é que ciência, tecnologia e inovação são pilares de desenvolvimento e da geração de emprego e renda. Por isso, vamos fazer a sustentação de todos os avanços que o estado da Bahia contabiliza. E isso de forma sustentável. Vamos fazer a priorização de todas as políticas de apoio e incentivo à produção do conhecimento e desenvolvimento de tecnologias para que possamos colher no futuro os melhores resultados.

O governador Rui Costa adotou a estratégia de trazer nomes mais técnicos para o secretariado no segundo mandato. A senhora veio nessa esteira. O que ele demandou nas conversas que antecederam sua nomeação?

A priorização da ciência, tecnologia, inovação e das políticas em torno da produção do conhecimento e produção de tecnologias associadas às ações de educação. Nós temos desafios importantes para enfrentar e ações estratégicas que se fazem muito presentes. A primeira delas é avançar na tramitação da repercussão estadual do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. A gente encerrou em 2018 uma mudança na legislação federal, e é necessário que haja repercussão, com algumas mudanças na Constituição do Estado, em particular em duas leis: a Lei de Inovação e a Lei de Fundação. Essas três proposições estão finalizando tramitação na Procuradoria-Geral do Estado e, após a manifestação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), será enviada à Casa Civil para que o governador possa deliberar pelo envio à Assembleia Legislativa. No mais tardar, até o fim do ano teremos já aprovada essa repercussão estadual, o que vai nos deixar em uma situação bem mais confortável para atuar. A legislação atual impõe muitas restrições que dificultam ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, tornam o processo difícil, moroso, impactando na quantidade e qualidade da ciência produzida. Outra questão é o desenvolvimento e elaboração, com participação da sociedade civil, da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Estimamos isso até meados de 2020, como elemento norteador de ações.

Seu antecessor na pasta, Rodrigo Hita, defendia que o orçamento das universidades estaduais saísse da Secretaria de Educação e fosse para a Secti. Este será um pleito seu junto ao governador Rui Costa?

A princípio, não. Esse assunto não foi discutido. Se ele for pautado, não me furtarei a discutir. Mas,



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Temos desafios a enfrentar e ações estratégicas que se fazem presentes

Até meados de junho, deveremos ter uma posição sobre a Campus Party na Bahia

Não localizo dificuldade no relacionamento da Secti com as universidades estaduais

tenho clareza que, defendendo o papel das universidades, não deixarei de fazer a discussão que esteja sempre amparando o que é efetivamente prioridade do atual governo, que é a defesa da educação, ciência, tecnologia e inovação.

Sendo as universidades públicas um espaço de produção de ciência, tecnologia e inovação, transferir o orçamento delas para a Secti não organizaria melhor essa interlocução com as instituições de ensino superior do estado?

Não localizo nenhuma dificuldade no relacionamento da Secti com as universidades estaduais. Elas cumprem um importante papel na formação de pessoas e na produção e socialização do conhecimento. Usando como exemplo minha experiência e origem na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc): apesar de ser muito jovem enquanto universidade, pois só tem 28 anos, ela foi responsável pela formação das principais lideranças da região. E é, efetivamente, responsável pela produção do conhecimento de interesse da região. Efetivamente isso se deu, marcadamente, com o vínculo da Uesc e demais universidades estaduais à Secretaria de Educação. Qualquer discussão que reorganize isso deve avançar em compreensão da estrutura do governo e deve ser feita com a responsabilidade de

quem tem como prioridade a educação, ciência, tecnologia e inovação.

A Bahia sediou duas edições da Campus Party, mas, até o momento, o governo não anunciou se o estado vai receber o evento este ano. Já houve definição?

Estamos na discussão e definição da oportunidade de realizar mais uma edição da Campus aqui, é uma conversa, um diálogo que está sendo feito com a equipe do evento e a secretaria. Há um interesse do estado em realizar o evento, mas precisamos cuidar dos aspectos formais para que ocorra de forma tranquila. Acredito que, até meados de junho, deveremos ter uma posição a respeito.

Os cortes nas universidades federais pelo governo Bolsonaro são encarados pela militância como tentativa de desmonte das instituições de ensino superior públicas. Como a senhora avalia a questão?

As ações programáticas presentes no plano de gestão escolhido pela maioria indicam claramente que o compromisso se faria em torno da educação básica e menos na educação superior. Se faria menos com a ciência e tecnologia e mais com as necessidades imediatas da educação básica. Penso que há uma vulnerabilização de todo um sistema de ciência, tecnologia e inovação que estava estruturado no Brasil e também da educação supe-

BRUNO LUIZ SANTOS

Há pouco mais de 20 dias no comando da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (Secti), Adélia Pinheiro assume a pasta em um momento de cortes federais nas universidades, maiores produtoras de ciência do País. Em entrevista ao A TARDE, ela frisa como o contingenciamento prejudica o País e antecipa projetos.

no sentido de, em respeitando à queda de receitas existente, qualificar as atividades de gestão sem prejuízo às atividades finalísticas. As universidades estaduais vêm apresentando crescimento nos indicadores acadêmico-científicos. Observamos que o orçamento das universidades estaduais vem crescendo, e o diálogo com os gestores, sempre presente, na busca das soluções que permitam o enfrentamento ao contexto atual, mas o reconhecimento da necessidade de qualificação das atividades de gestão e defesa das finalísticas.

O governo federal justifica o contingenciamento nas universidades federais com a necessidade de se fazer cortes em todas as áreas por causa da crise. O governo da Bahia usa o argumento. Então, na essência, qual a diferença nos contingenciamentos?

Acima de tudo, há o compromisso do governador Rui Costa de priorização da educação básica e superior. Isso é absolutamente diferente do descompromisso assumido pela gestão federal. Isso está escrito e todas as ações que se seguiram no atual governo apontam para o fato de que a educação superior não é prioridade. A ciência e tecnologia poderão sofrer cortes, de forma a ameaçar todos os avanços que colhemos no Brasil nos anos anteriores. A diferença está na forma de enfrentamento à crise, buscando sempre soluções que se façam importantes, que viabilizem os investimentos para desenvolvimento do nosso estado.

O governador Rui Costa defendeu que se discutisse o pagamento de mensalidade nas universidades públicas por pessoas mais ricas. A senhora, que veio da Uesc, concorda que esse debate é possível de ser feito?

O que concordo é com o pronunciamento do governador de trazer o esclarecimento do contexto da fala dele, chamando a atenção para que essa questão fosse acompanhada pela sociedade civil. Ele disse que não se recusa a enfrentar qualquer tipo de diálogo, mas ele próprio é oriundo da universidade pública e do sistema público de educação, e essa é a principal questão a ser enfrentada em qualquer governo, como no dele, como prioridade.

Pessoalmente, qual sua opinião sobre esse assunto?

Eu me posiciono sempre na defesa da educação básica e superior públicas. O Brasil, como País periférico, somente conseguirá suplantar essas desigualdades que estão na base do modelo econômico brasileiro, se houver um estado forte e presente nas políticas de financiamento necessárias para diminuição das desigualdades sociais e apoio às oportunidades, principalmente para que as oportunidades na educação e na saúde se deem de forma igual para todos.